

Em 31 de outubro de 2012.

**Assunto:** Análise de propostas de alterações da Resolução CNRH nº 70/2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art.28 da Lei nº 9.984, de 2000.

## **I DO OBJETIVO**

Propor minuta de resolução que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para o período 2012 – 2015 e os procedimentos para promover o acompanhamento de sua aplicação.

## **II DOS FATOS**

1. A legislação estabelece que os valores arrecadados com a cobrança pelo uso de recursos hídricos serão aplicados prioritariamente na bacia hidrográfica em que foram gerados (Art. 22 da Lei nº 9.433/1997) em prioridades que serão definidas pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, em articulação com os respectivos Comitês de Bacia Hidrográfica (§ 4º do Art. 21 da Lei nº 9.984/2000).

2. Em cumprimento ao que estabelece o § 4º do Art. 21 da Lei nº 9.984/2000, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou as Resoluções nºs 35/2003, 41/2004 e 49/2006, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2004, 2005 e 2006, respectivamente.

3. Em 19 de março de 2007 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou a Resolução nº 70, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o CNRH e os Comitês de Bacias Hidrográficas, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água.

4. Considerando os efeitos da publicação da Resolução nº 70/2007, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos aprovou as Resoluções nºs 71/2007 e 90/2008, que estabelece as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios de 2008 e 2009, respectivamente.

5. Em 17 de dezembro de 2008 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos modifica a Resolução nº 70/2007 alterando o prazo das prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso dos recursos hídricos para dois anos (Resolução 97/2008).

6. Considerando o que determina a Resolução nº 97/2008, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos estabeleceu as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos para os exercícios orçamentários de 2010/2011 (Resolução nº 102/2009) e 2012/2013 (Resolução nº 122/2011).

7. Conforme as Resoluções CNRH nº 70, de 19 de março de 2007 e nº 97, de 17 de dezembro de 2008, foi estabelecido que os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos – CERHs e os Comitês de Bacia Hidrográfica de rios de domínio da União encaminhariam à ANA o preenchimento do formulário contido no Anexo I da Resolução nº 70, visando o levantamento das ações prioritárias a serem custeadas mediante a aplicação dos recursos de que trata o inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000.

8. Tendo em vista as dificuldades enfrentadas para realizar a consulta prevista nas Resoluções CNRH nº 70/2007 e nº 97/2008, sendo evidenciadas, entre outros, pela pequena quantidade de respostas endereçadas a ANA, a CTCOB/CNRH iniciou em 2011 um processo de discussão visando obter subsídios para aperfeiçoar os procedimentos para a definição das prioridades de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos.

9. Em 30 de janeiro de 2006 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através da Resolução nº 58, aprova o Plano Nacional de Recursos Hídricos, seus Programas e Sub-Programas.

10. Em 14 de dezembro de 2011 o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através da Resolução nº 135, aprova o documento “*Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015*”, como resultado da primeira revisão do PNRH.

### **III A PROPOSTA DE RESOLUÇÃO**

#### **III.1. Da prioridade para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos**

11. Inicialmente, cabe destacar a discussão acerca da previsão legal da articulação entre o CNRH e os respectivos Comitês de Bacias Hidrográficas visando definir as prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos e as dificuldades enfrentadas para viabilizar essa articulação através do processo de consulta previsto nas Resoluções CNRH nº 70/2007 e nº 97/2008.

12. Em seguida, cumpre destacar que o processo de consulta utilizado por ocasião da revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos que, entre outros, culminou com a edição da Resolução nº 135, aprova o documento “*Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH: Prioridades 2012-2015*”, como resultado da primeira revisão do PNRH.

13. No que tocante às prioridades para aplicação dos recursos da cobrança pelo uso de recursos hídricos para o período 2012-2015, a CTCOB recomenda a adoção daquelas definidas na Resolução nº 135/2011 (Art. 1º da Resolução proposta):

“**Art. 1º** A aplicação dos recursos provenientes da cobrança de que trata o inciso II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, correspondente ao período 2012 – 2015 dar-se-á considerando as prioridades definidas na Resolução CNRH nº 135, de 14 de dezembro de 2011”.

14. Tendo em vista a necessidade de articular os instrumentos da Política de Recursos Hídricos e contribuir para uma melhor racionalidade no processo de consulta, para o período a partir de 2015, a definição de prioridades para aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos ocorrerá a cada quatro anos, concomitantemente com a revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos (Art. 2º da Resolução proposta):

“**Art. 2º** A definição das prioridades para aplicação dos recursos da cobrança a que se refere o art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, ocorrerá a cada quatro anos, concomitantemente com o Plano Nacional de Recursos Hídricos.”

15. Quanto aos procedimentos para a definição das prioridades de aplicação dos recursos da cobrança, proposta de resolução remete para decisão posterior do CNRH (parágrafo único do Art. 2º da Resolução proposta):

“**Parágrafo único:** O CNRH estabelecerá os procedimentos para a definição das prioridades de aplicação dos recursos referidos no caput.”

### **III.2. Do acompanhamento da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos**

16. Quanto ao acompanhamento da aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso de recursos hídricos, a proposta de resolução propõe manter o Grupo Trabalho Permanente criado no âmbito da CTCOB através da Resolução CNRH nº 70/2007, mas promove algumas alterações em suas atribuições (Art. 3º da Resolução proposta).

“**Art. 3º** Fica mantido o Grupo de Trabalho permanente criado no âmbito da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos-CTCOB com as seguintes atribuições:


I - acompanhar a aplicação dos recursos da cobrança, verificando sua conformidade com as prioridades estabelecidas pelo CNRH;

II – verificar compatibilidade dos Planos Plurianuais e das Leis Orçamentárias Anuais com as prioridades estabelecidas pelo CNRH;

III - elaborar e encaminhar relatório ao CNRH sobre a aplicação dos recursos.”

#### **IV DA RECOMENDAÇÃO**

17. Com base no exposto, recomenda-se à Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL o acolhimento da proposta de resolução em tela.



**JAILDO SANTOS PEREIRA**  
Presidente da CTCOB